



ISSN 1984-5634

NA(S) FRONTEIRA(S) DO URBANO: PRESENCAS INDÍGENAS ENTRE SOCIABILIDADES E RESISTÊNCIAS MÚLTIPLAS NA CIDADE DE OIAPOQUE (AP)

On the border(s) of the urban: indigenous presences between sociabilities and multiple resistances in the city of Oiapoque (AP)

VENÂNCIO GUEDES PEREIRA¹

RESUMO

O presente artigo propõe uma análise a respeito das motivações dos indígenas Palikur, Galibi-Marworno, Karipuna e Galibi-Kalinã em fixar-se ou manter-se em constante mobilidade nas áreas urbanas do município de Oiapoque, Amapá, assim como suas vivências cotidianas, e como estes utilizam das redes de sociabilidade com instituições e parentes étnicos que vivem nas aldeias, visando o processo cotidiano de manutenção da vida em espaços urbanos. Para tanto, utilizamos recursos de História oral a partir de entrevistas semiestruturadas com indígenas moradores da cidade, pesquisas bibliográficas sobre a presença indígena em zonas urbanas do Brasil e em países da América do Sul, revelando como o tais presenças representam práticas de resistência e de garantia e busca por qualidade de vida tanto na cidade quanto para os parentes étnicos residentes nas aldeias.

PALAVRAS-CHAVE: indígenas urbanos; contexto urbano; Oiapoque.

ABSTRACT

This article proposes an analysis of the motivations of the Palikur, Galibi-Marworno, Karipuna and Galibi-Kalinã indigenous people in settling or remaining in constant mobility in the urban areas of the municipality of Oiapoque, Amapá, as well as their daily experiences, and how they use networks of sociability with institutions and ethnic relatives who live in the villages, with a view to the daily process of maintaining life in urban spaces. To this end, we used oral history resources based on semi-structured interviews with indigenous residents of the city, bibliographical research on the indigenous presence in urban areas in Brazil and in South American countries, revealing how these presences represent practices of resistance and the guarantee and search for quality of life both in the city and for ethnic relatives living in the villages.

KEYWORDS: urban indigenous people; urban context; Oiapoque.

EDITORA-CHEFE:

Elisa Schneider Venzon

EDITOR-GERENTE:

Leandro Ferreira Souza

SUBMETIDO: 18/07/2023

ACEITO: 25/09/2023

COMO CITAR:

PEREIRA, V. G. Na(s) fronteira(s) do urbano: presenças indígenas entre sociabilidades e resistências múltiplas na cidade de Oiapoque (AP). *Aedos*, Porto Alegre, v. 16, n. 35, p. 372-396, dez.-mar., 2024.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

¹ Doutorando em História Social – UFRGS e especialista em Antropologia – UCAM PROMINAS. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-5230-4004>. E-mail: venanciogpereira@gmail.com.

No município amapaense de Oiapoque, localizado a 592 km da capital Macapá, com população de aproximadamente 26.627 mil habitantes², e que faz fronteira internacional com a Coletividade Territorial do Ultramar Francês, vivem atualmente os povos indígenas Palikur, Galibi-Marworno, Karipuna e Galibi-Kalinã³. De acordo com o Censo de 2010 do IBGE, o número de autodeclarados indígenas no Oiapoque era de 5.569 pessoas, o que lhe caracteriza como o município amapaense com o maior número de indígenas.

Os quatro grupos étnicos residentes no município têm suas terras homologadas e, por conta disso, dispõem de grande parte de suas populações habitando-as, além de também habitarem em regiões da Guiana Francesa. Do início do século XX até os dias atuais, tais povos partilham de questões e problemáticas sociais e políticas peculiares e também de processos particulares a cada uma delas. Por meio de entrevistas semiestruturadas (MINAYO; COSTA, 2018), realizadas a partir da técnica bola de neve (VINUTO, 2014), objetiva-se discutir sobre uma dessas questões, a maciça presença indígena na zona urbana de Oiapoque, quais as motivações para tal fenômeno, tal como os desafios de se viver temporariamente ou de forma fixa na cidade. Como resultado de tais conflitos, observamos a formação de fronteiras sociais, na perspectiva de Martins (2014) e Mezzadra (2015).

O presente artigo tem como objetivo o reconhecimento das condições sociais dos indígenas na cidade de Oiapoque, a partir do diálogo entre a bibliografia e as fontes orais, produzidas na cidade em 32 dias não corridos, somados a partir de visitas ocorridas entre maio de 2018 e junho/julho de 2019. Dentre as características observadas em campo, percebemos as estratégias de vida dos indígenas na cidade de Oiapoque e as necessidades cotidianas que faz a cidade ser um local de importância para a reprodução social.

ENTRE FRONTEIRAS: ASPECTOS METODOLÓGICOS E CONCEITUAIS DA PESQUISA

Utilizamos como critérios para a escolha dos interlocutores da pesquisa⁴, entrevistar indígenas que obtêm moradia fixa na cidade, ou seja, vivem em casa própria ou lançam mão de suas redes de parentesco, ao viverem em casa de familiares da mesma etnia ou amigos/conhecidos de outras etnias, dos quais categorizamos como *urbanos*. Outro critério de escolha seria a partir de interlocutores indígenas *em contexto urbano*, que seriam aqueles que mesmo não tendo moradia fixa ou parentes étnicos fixos na cidade, estão constantemente nela para obtenção de renda, para

² Dados coletados em 11/05/2020.

³ Os Galibi Kalinã, ao contrário das outras três populações indígenas do Oiapoque, não fazem parte da literatura de períodos anteriores ao século XX no Brasil. Na verdade, os Kalinã migraram da Guiana Francesa para o Brasil na década de 1950, estabelecendo-se aqui desde então (VIDAL, 2016).

⁴ A pesquisa teve parecer favorável da Comissão de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Amapá em 27 de junho de 2019.

conclusão dos estudos ou por outro serviço que se não obtém formalmente nas aldeias (PEREIRA, 2020).

Para tanto, a metodologia empregada foi a de entrevistas semiestruturadas, definida por Minayo e Costa (2018, p. 13) como um roteiro com perguntas abertas e já definidas, “permitindo ao entrevistador um controle maior sobre o que pretende saber sobre o campo e, ao mesmo tempo, dar espaço a uma reflexão livre e espontânea do entrevistado sobre os tópicos assinalados”, onde a ideia era permitir que as conversas fossem levadas de forma confortável com os interlocutores. Uma vez que poucos interlocutores se mostravam abertos às entrevistas, lançamos mão do método “bola de neve”, que, de acordo com Vinuto (2014), se trata de uma técnica que conta com “sementes”, ou seja, colaboradores já conhecidos e os contatos que eles fornecem para o desenvolvimento das entrevistas. Os primeiros interlocutores foram fundamentais, indicando parentes e conhecidos moradores da cidade de Oiapoque.

No âmbito da pesquisa de campo, contamos com a participação de indígenas e não indígenas, que exercem funções ou prestam serviços que são acionados pela população oiapoquense em geral, como saúde pública (nesse caso, profissionais que não fazem parte do quadro da CASAI⁵), agentes da prefeitura, agentes educacionais, dentre outros. O critério utilizado para a escolha dos interlocutores indígenas foi o pertencimento a uma etnia que tem terra homologada no município de Oiapoque, mas que, além disso, tivesse na cidade a base de sua vida cotidiana.

VIVÊNCIAS NA CIDADE: PERSPECTIVAS DE INDÍGENAS URBANOS E EM CONTEXTO URBANO

Dentre os interlocutores, contabilizamos vinte e três pessoas, sendo onze homens e seis mulheres indígenas. A partir do critério estabelecido, foi possível fazer um mapeamento dos locais de acesso e convívio, obtenção de renda, perspectivas de vida e motivações em estar na cidade de cada um dos dezessete indígenas entrevistados⁶. Para formular as perguntas e pensar no roteiro das entrevistas, foi necessário o estudo de conceitos que ajudaram a guiar o percurso no campo, além do apoio teórico necessário para a interpretação qualitativa das entrevistas. No que concerne aos conceitos utilizados, destaca-se o conceito de fronteira.

Fronteira é uma categorias que se apresenta atualmente de forma diversificada, com várias possibilidades de interpretação, sendo um campo de pesquisa bastante múltiplo. De acordo com Albuquerque *et al* (2018, p. 16), na fronteira permite-se olhares multifocais, que desafiam o pesquisador a sair de uma tradicional perspectiva de limite nacional à fronteira. Ter a fronteira

⁵ De acordo com o documento “Política nacional de atenção a saúde indígena”, a instituição Casa de Saúde Indígena, CASAI, “deverá estar em condições de receber, alojar e alimentar pacientes encaminhados e acompanhantes, prestar assistência de enfermagem 24 horas por dia” aos indígenas nas capitais do país (BRASIL, 2002, p. 15).

⁶ A amostra obtém o total de cinco interlocutores Galibi-Marworno, quatro Palikur, sete Karipuna e um Galibi-Kalinã.

como campo de pesquisa possibilita observação de forma simultânea de processos “nacionais e transnacionais, relações fronteiriças e transfronteiriças, mobilidades e controles, diferenças e semelhanças, distâncias e aproximações, conflitos e integrações, assimetrias e simetrias estruturais e conjunturais”.

Haja vista as possibilidades multifocais de se analisar fronteiras, a cidade de Oiapoque apresenta-se como um lócus frutífero por apresentar diversas possibilidades de observação, como a fronteira geopolítica entre Brasil e Guiana Francesa, as fronteiras sociais estabelecidas pelo poder econômico de duas moedas de valor dispare no mercado, as fronteiras linguísticas estabelecidas entre a língua francesa, a portuguesa, as indígenas e as variações do francês, das línguas indígenas etc., e todas as outras fronteiras estabelecidas socialmente e politicamente ao longo dos séculos entre os dois países limítrofes e os povos que neles residem/residiam.

No caso dos indígenas entrevistados, as fronteiras se estabelecem no que Martins (2014, p. 134) chama de “local do conflito”, ou seja, uma fronteira do encontro, da descoberta e do desencontro. Lugar onde o proprietário de terra ou o “civilizado” encontra o camponês, o índio, e há desencontros históricos, o conflito. Esta fronteira só deixa de existir quando “o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o outro se torna a parte antagônica do nós”. Os conflitos entre os indígenas e os não indígena na região são historicamente observados e registrados (CARDOSO, 1984; REIS, 1993; BASTOS *et al*, 2015; NASCIMENTO; SILVA, 2020).

Mezzadra (2015) transpõe a ideia de fronteira como “objeto” concreto (muros, linhas etc.), típico da visão de fronteira mais tradicional. O autor, na verdade, observa a fronteira como local epistemologicamente privilegiado para observação de “práticas de fortalecimento” e “práticas de atravessamento”. A fronteira é constantemente atravessada, não só por pessoas, mas por ideias, sentimentos, agentes governamentais de segurança e, claro, pelo capital. O atravessamento e o fortalecimento da fronteira resultam, assim como em Martins (2014), no conflito. A partir disso, é importante sensibilizarmos o olhar do pesquisador para as possibilidades de se observar conflitos, estratégias e atravessamentos nas regiões fronteiriças. Essas costumam ser pensadas como lugares de disjunção, concepção constituída pelo Estado, que desconsidera, muitas das vezes, o papel protagonista daqueles sujeitos que realizam os atravessamentos e estabelecem um contexto relacional e intercultural.

As perspectivas de fronteiras aqui utilizadas permitem a observação do papel protagonista dos indígenas na cidade de Oiapoque, por eles fazerem parte de um cotidiano de atravessamentos e ressignificações do espaço. As entrevistas demonstram as estratégias e os planos de vida que cada indígena tece sozinho ou com seus pares, de acordo com suas perspectivas ou visões coletivas, o

que demonstra que as ações na cidade não são pensadas isoladas, mas sim a partir de práticas cotidianas de atravessamento e enrijecimento de fronteiras.

No município de Oiapoque, percebemos um intenso fluxo de indígenas entre as aldeias (zona rural do município) e a cidade, especialmente pelo centro da cidade, na zona de comércio ou pelas redondezas da universidade. As motivações para tais presenças são variadas, mas para esse trabalho, interessa-nos analisar as especificidades que caracterizam os indígenas urbanos e os que se encontram em contexto urbano no Oiapoque, onde a pesquisa demonstrou um universo de quatorze indígenas urbanos e três em contexto urbano.

Este primeiro demonstrativo nos dá a ideia de que o número de indígenas urbanos é muito maior do que o número correspondente aos indígenas em contexto urbano, contabilizando as cifras de 82% e 18%, respectivamente. Por se tratar de um dado colhido *in loco*, os números requerem interpretações contextualizadas, como o fato da maioria das entrevistas terem sido realizadas com indígenas que frequentam a sede da UNIFAP, o que supõe um número maior de acadêmicos, fato que nos ajuda a entender a grande incidência de indígenas urbanos como interlocutores. Outro dado é o de fatores atrativos da cidade, da qual compreendemos quem realiza tarefas de obtenção de renda (seis pessoas, ou 40%); estuda na zona urbana (quatro pessoas, ou 27%); ou realiza os dois (cinco pessoas, ou 33%).

Os números demonstrados não correspondem à amostra total dos dezessete entrevistados, pois dois dos interlocutores não se encontravam, naquele momento, realizando alguma das tarefas destacadas. Dentre as exceções citadas, Deuziléia dos Santos (idade não respondida), nascida na aldeia Tukai (quilômetro 92 da BR-156), pertencente à etnia Galibi-Marworno e formada em Licenciatura em Geografia pela UNIFAP campus binacional. No período das entrevistas, já não fazia parte do corpo discente da universidade, tampouco atuava em alguma tarefa regular para obtenção de renda. Ela vive na cidade e compartilha uma habitação própria com seu filho, uma irmã e o cunhado.

Como não tem renda fixa, Deuziléia informou que se mantinha com ajuda do auxílio permanência⁷ no período de graduação, no valor de novecentos reais, mas que a principal fonte de sustento de sua família advém dos pais, que vivem na aldeia. Sobre isso:

Desde quando eu morei aqui no Oiapoque nunca trabalhei, só estudo mesmo. Sempre fui sustentada pelos meus pais. Meus pais moram na aldeia, de vez em quando eles vêm pra cá no Oiapoque só pra receber o pagamento, minha mãe é merendeira lá da escola e o meu pai é agente de saneamento básico. (DEUZILÉIA, Oiapoque, julho de 2019)

⁷ Sobre o auxílio, <<https://www2.unifap.br/consu/?p=3400>>. Acesso em 13/07/2020.

Mesmo estando na cidade desde 1997 para concluir seus estudos básicos, grande parte de seus familiares mantiveram-se na aldeia Tukai. Ao longo dos anos, Deuziléia e os parentes que partilham sua moradia, buscam na zona urbana o que não se encontra na aldeia, como a educação regular e o ensino superior, o que lhe obrigou a manter-se por mais de vinte anos vivendo na zona urbana, mesmo sem obtenção de renda formal. Não nas mesmas condições, a outra exceção é o senhor Emiliano Gabriel, de setenta anos, Galibi-Marworno, natural da aldeia Kumarumã. Aposentado e vivendo na cidade desde agosto de 1973, senhor Emiliano é um indígena urbano, com residência própria no bairro do Planalto.

Apesar das duas situações não terem pontos em comum tão evidentes, percebemos que a condição de indígena urbano requer contextos específicos, mesmo que eles não correspondem aos estudos e a obtenção de renda: Deuziléia e Emiliano passaram a viver de forma fixa na cidade para buscar educação básica e, a partir disso, seus parentes próximos também fizeram o mesmo, especialmente seus filhos. Nesse caso, mesmo não estando regularmente matriculados em uma instituição de ensino no momento da entrevista, mudaram-se para a cidade para estudar e estão vivendo nela há anos.

A partir dos dados seguintes, as análises qualitativas e quantitativas irão focar nos aspectos mais bem abordados nas dezessete entrevistas realizadas em campo, a dizer: educação, redes de ajuda mútua, obtenção de renda e acesso/acionamento a serviços públicos na cidade. Os estudos se mostraram a maior causa/motivação da mobilidade dos indígenas do campo para cidade, com o demonstrativo de oito pessoas que vieram à cidade para escolarização pessoal (ou 47%), duas pessoas que indicaram optar pela cidade para garantir a educação básica de dependentes (ou 12%) e sete pessoas que indicaram os dois fenômenos.

A partir dos números indicados, percebemos a importância da análise qualitativa dos dados, pois a recorrência de indígenas matriculados em escolas e universidades nas cidades resulta de processos tecidos por gerações de indígenas e familiares ao longo do tempo, não sendo um fenômeno individualizado. Exemplo disso é a interpretação das informações dadas por três interlocutores: Nilso Orlando, Edson Aniká e Yuri Aniká, que apesar de não estarem estudando formalmente no período da pesquisa, passaram a morar na cidade até o término dos estudos e mantiveram-se fixos nela ou em constante mobilidade entre a cidade e a aldeia.

Nilso Labonté Orlando, vinte e cinco anos, pertencente à etnia Palikur, nascido na aldeia Kumenê, é atualmente funcionário do projeto multilinguístico do Superfácil⁸ no município de

⁸ O projeto é uma iniciativa do governo do estado do Amapá em atender indígenas que não dominam a língua portuguesa na instituição, que é um órgão de acesso aos cidadãos amapaenses para resoluções burocráticas relacionadas a pagamento de multas, solicitação de documentação pessoal, solicitação de atendimento médico etc. Para mais informações: <https://www.amapa.gov.br/ler_noticia.php?slug=1804/governo-do-amapa-oferece-traducao-e-acolhimento-para-indigenas-que-buscam-os-servicos-do-super-facil>. Acesso em 07/10/2023.

Oiapoque, onde trabalha como intérprete. Em sua entrevista, Nilso falou sobre suas motivações em residir de forma fixa na cidade, a exemplo de seu pai, Nilo Martiniano⁹. Outra característica ressaltada em sua entrevista é a defesa da escolarização na cidade, mas a ideia de voltar à aldeia para compartilhar os aprendizados com os parentes. Tanto Nilso quanto Nilo deixaram claro que mesmo morando em casa própria na zona urbana desde 2009, gostariam de estar na aldeia, especialmente porque a cidade, apesar de ter emprego para ambos, é um lugar muito perigoso, com “muitas bebedeiras” em bares¹⁰.

Apesar de expressarem incômodos com a cidade, ambos a definem como fundamental para a qualidade dos estudos, ideia que, mesmo demonstrando-se conflituosa, passa por gerações na família:

[...] pra estudar a gente sempre incentivou porque a gente sempre fala isso desde o [meu] pai, ele foi cacique vinte e poucos anos, ele foi uma liderança que formou a aldeia Kumenê, na época não tinha, então ele sempre falava pra que os jovens estudassem, se formassem porque é o futuro deles. A gente esse ano agora, eu vejo aparecer aqui já procurando vaga pra estudar aqui no Oiapoque por falta de muitos módulos, [que] não são levados a sério. Falta! Quando chega o oitavo ano, aí para. Não tem professor pra certas disciplinas, então o pessoal fica parado. (NILO, Oiapoque, julho de 2019)

Assim como Nilo, Nilso também ressaltou a importância de estar na cidade para sua formação e também para a escolarização de seu filho, que na época acabara de nascer. Ao ser perguntado sobre suas motivações em fixar-se na cidade, ele respondeu:

Eu fiz o ensino médio. Completei meu ensino médio, aí do ensino médio consegui um emprego aqui [...] Tô pretendendo ficar aqui mesmo pra ele [meu filho] estudar, que na aldeia ele pode estudar até a 6ª série, 8ª série. Quero que ele estude aqui pra aprender mais e falar português. (NILSO, Oiapoque, julho de 2019)

Com a mesma premissa de conclusão dos estudos básicos, Edson Quaresma Aniká, trinta e dois anos, indígena Karipuna em contexto urbano, mora na aldeia Manga e mantém uma rotina de mobilidade entre sua casa e a casa de sua mãe, no bairro do Planalto, zona urbana do Oiapoque. Em seus relatos, Edson falou sobre os custos para a manutenção do trânsito entre a aldeia e a cidade, o que lhe obriga a viver sozinho na casa de sua mãe de segunda a sexta-feira, enquanto passa os finais de semana com sua esposa e filhos na aldeia do Manga. Após concluir seus estudos na cidade, Edson concluiu sua formação em técnico em contabilidade pelo Instituto Federal do Amapá e iniciou no projeto multilinguístico do Superfácil, assim como Nilso. Ao ser perguntado se gostaria de viver com sua família na cidade e avançar em seus estudos, ele respondeu:

⁹ Nilo tem sessenta e um anos, é Palikur, formado em técnico em Enfermagem. Atualmente é chefe substituto do setor de fiscalização e controle de terras indígenas da FUNAI.

¹⁰ Nilo e Nilso, assim como boa parte dos Palikur do Oiapoque, são frequentadores da Igreja Assembleia de Deus, fato que os impedem de ingerir álcool. Senhor Nilo, por exemplo, era o atual pastor da igreja do bairro Infraero.

Se Deus permitir, eu quero fazer uma faculdade e fazer uma formação, ter uma graduação. Eu pretendo fazer assim letras [...] aqui na cidade a preocupação é muito, até porque eu já pensei e conversei com a minha esposa lá, que eu queria trazer eles todos para cá e morarmos juntos, para não ter que ficar indo e voltando para a aldeia, mas a minha preocupação maior aqui na cidade é com a violência. Porque tem muitas pessoas perigosas aqui que entram e saem, que chegam aqui e a gente não conhece nem de onde vem [...] Apesar de termos uma escola aqui da qualidade que temos, que é mais avançado a tecnologia, mas por um lado é bom e por um lado é ruim. (EDSON, Oiapoque, julho de 2019)

Como observado no fragmento, Edson entende a cidade como o local onde há perspectivas educacionais para os filhos, pois foi onde ele concluiu a educação formal e conquistou seu atual emprego, posto esse que sustenta sua família na aldeia. O contraponto fica por conta dos perigos na zona urbana, que em comparação à sua casa no Manga, não oferece segurança para sua família, especialmente seus filhos, ainda pequenos.

O outro exemplo é o de Yuri Aniká dos Santos, trinta e dois anos, Karipuna, funcionário da cooperativa de transporte autônomo, que falou-me sobre a casa própria que seus pais tinham na zona urbana, onde passou a morar desde os quatro anos de idade, tendo terminado seus estudos básicos e iniciado duas faculdades em Macapá. Hoje, formado em Licenciatura em História pela UNIFAP Campus Binacional, disse que tem preferência pela aldeia, onde mora com sua esposa (não indígena, formada em pedagogia) e um filho de quatro meses. Sua escolha se dá pela proximidade com os familiares, pelo baixo custo de energia elétrica e alimentos, e pela segurança para seu filho, argumento também citado por Edson. Porém, seu trabalho lhe obriga a estar constantemente na cidade e quando perguntado sobre a dúvida entre viver em sua casa atual ou na cidade pela educação do filho, respondeu:

Mas a mãe quer uma educação pro filho dela, como ela é pedagoga, já vê... Não, porque na aldeia, a escola lá é boa, mas a educação... Ela quer que o filho sempre evolua, né. Por exemplo, quer preparar o filho pro mundo, da melhor maneira possível. Então ela quer que ele estude desde pequeno, já quer que a criança fique numa creche, entendeu. Acostume já. (YURI, Oiapoque, julho de 2019)

Na oportunidade, Yuri disse que estavam prestes a se mudar definitivamente para a cidade, pois a esposa necessitava estar em maior contato com seus familiares. A moradia escolhida seria uma casa alugada no bairro FM, próxima à radio, que será paga com os recursos advindos dos cargos que ambos exercem atualmente na prefeitura como professores.

Em relação a Nilso, Edson e Yuri, mesmo que nenhum deles estejam estudando atualmente, todos passaram a viver na cidade para a conclusão do ensino básico e, no caso de Yuri, cursar o ensino superior. Por conta do sustento dos filhos, encontravam-se apenas trabalhando em postos fixos, mas também responderam que pretendiam garantir a educação dos filhos, da mesma forma que eles obtiveram, na cidade. A experiência na zona urbana é justificada e partilhada entre os parentes étnicos, especialmente a família nuclear, para assegurar a escolarização própria e dos

dependentes. Em uma escala mais ampla, percebemos que essa prática também ajuda a garantir e a oportunizar que parentes fora do núcleo familiar ou amigos possam fazer o mesmo caminho, saindo das aldeias e passando a viver nas casas de quem tem moradia fixa ou partilhando de alugueis, o que interpretamos como uma rede de ajuda mútua¹¹.

A categoria de redes de ajuda mútua é muito importante para entendermos o grande fluxo de indígenas na cidade de Oiapoque. Falamos em rede¹², pois percebemos que em grande parte os indígenas se mantêm em grupos, dividindo casas, despesas, rendas, etc., e para que a saída prolongada ou sazonal da aldeia seja bem-sucedida, é salutar a presença de um parente étnico ou amigo indígena que já tenha casa própria ou que já pague aluguel de uma residência ou kitnet na cidade. Outra interpretação importante para a categoria analisada é a de “ajuda mútua”, pois entre os indígenas que declararam ter recebido ajuda ou ter ajudado, foi comum escutar que eles compreendem tal prática como primordial para sua vida ou para quem eles estão ajudando naquele momento, demonstrando a ideia de viabilização mútua, ajudar para ser ajudado e vice-versa.

Em relação aos dados citados acima, o número de interlocutores que responderam não ajudar um parente ou um amigo com moradia, é da ordem de seis pessoas, e delas apenas uma respondeu ser contrária à prática. Senhor Emiliano Gabriel, acabou justificando sua posição por observar que os indígenas que vêm das aldeias para as cidades acabam sofrendo muita discriminação e marginalização, especialmente para a obtenção de emprego fixo¹³. Fora o senhor Emiliano, os outros cinco que disseram nunca ter recebido alguém, alegaram isso para manter sua privacidade, ou por não ter sido solicitado, ou ainda por serem muito jovens e viverem na casa dos pais, não tendo autonomia para receber alguém.

Outra característica importante observada nas entrevistas é a dos projetos coletivos partilhados entre os participantes das redes de ajuda mútua. O indígena que sai da sua aldeia para obter formação acadêmica/escolar ou para obter renda, carrega consigo a responsabilidade de ajudar a manter os parentes que permanecem nas aldeias, ou até mesmo em servir como exemplo para eles, que no futuro podem lançar mão da mesma prática. Dessa forma, o parente que se encontra estabilizado na cidade, além de servir como referência para seu parente advindo da aldeia, também tem a incumbência de retornar qualificado ao lugar de origem, colaborando com o desenvolvimento

¹¹ As entrevistas indicaram que nove interlocutores já receberam ou recebem parentes e/ou amigos, totalizando 53%, enquanto que duas pessoas foram recebidas (12%) e outros seis disseram não lançar mão dessa prática (ou 35%).

¹² A partir de Redcliffe-Brown, citado por Barbosa (2007, p. 20), entendemos o estabelecimento de redes como um “conjunto de relações concretas entre indivíduos e grupos sociais que constituiria a estrutura social ou sociedade. Tais relações são consideradas ora parcialmente, remetendo a redes menores (como as relações de parentesco), ora em sua totalidade, reportando a uma rede mais abrangente que articularia todas as demais, ou seja, a própria sociedade”.

¹³ Como dito anteriormente, todos os indígenas entrevistados disseram entender as redes de ajuda mútua como importante para a manutenção dos indígenas na cidade, inclusive o senhor Emiliano, mesmo ele não concordando em receber ou ceder sua residência para um parente étnico ou amigo que vive nas aldeias.

e a manutenção da vida de seus parentes étnicos em suas terras indígenas. Não retornar ou não contribuir para a rede de ajudas, alça o parente a denominação “desaldeado”.

Nilo Martiniano, ao falar sobre a denominação *desaldeado*, declarou que persistem debates, inclusive nas reuniões das lideranças das terras indígenas do Oiapoque, pois não é do agrado de todos a vida de seus parentes nas cidades, ocorrendo descasos de funcionários da FUNAI com os *desaldeados* e muita discriminação interna, nas próprias aldeias. Dois filhos do senhor Nilo vivem atualmente em Macapá: Aldiere Orlando, quarenta e três anos e Dilza Labonté, trinta e dois anos, pertencentes à etnia Palikur, que foram morar na capital para terminar seus estudos e conseguir emprego. Quando perguntados sobre a decisão de sair da aldeia e viver em Macapá, ambos citaram o termo *desaldeado* para demonstrar incômodos e ressentimentos surgidos ainda nas reuniões das lideranças da etnia:

Na legislação específica sobre os povos indígenas, tem um item que consta assim, você pode procurar depois: quando um indígena quiser se ausentar, não sei qual o termo correto, quiser se afastar, quiser se desligar, não sei qual é o outro termo correto, ele pede pra Funai fazer uma declaração, ele assina esse termo dizendo que ele não quer mais pertencer à sua comunidade [...] então ele assina e perde todos os seus direitos, explico isso pra eles lá porque a gente nunca teve essa iniciativa pra assinar isso, então a gente tá consciente. Por isso que a gente não se considera desaldeado. (ALDIERE, Macapá, agosto de 2019)

Mesmo os relatos demonstrando a ocorrência de conflitos internos quando da escolha de um parente em viver na cidade, a prática não deixa de ter um significado fundamental para quem fica na aldeia. De fato, o indígena urbano ou em contexto urbano oferece subsídios de apoio e um referencial para seus parentes étnicos, e isso também é observado do ponto de vista político, pois trata-se de uma pauta defendida pelos movimentos indígenas, como relatou Priscila Barbosa, Karipuna de trinta anos, acadêmica de Direito da UNIFAP campus binacional e funcionária do CCPIO (Conselho de Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque), quando afirmara que estar na cidade também significava resistir as problemáticas e aos perigos que o “mundo de vocês” oferece ao dela. Sobre isso:

Eu preferia estar na aldeia. Eu queria estar na aldeia, mas tem que sair de lá justamente porque é para garantir esses espaços que nós temos hoje. Porque se a gente ficar lá, somente ali naquele ambiente, futuramente nós não teremos mais. Porque é ataque e ataque nas questões dos direitos dos povos indígenas, principalmente de olho na terra, que é da terra que a gente tira o nosso sustento. (PRISCILA, Oiapoque, julho de 2019)

Os projetos de vida, as redes de ajuda mútua e o compromisso com os parentes que vivem na aldeia, são atribuições intrínsecas do indígena urbano e em contexto urbano no Oiapoque, mesmo que a escolha em não viver de forma fixa na aldeia lhe cause desconfortos com sua família. De fato, em todas as entrevistas, percebemos a defesa do território como primordial para a

manutenção da vida e da dignidade dos indígenas no município, o que pudemos vislumbrar no relato de Priscila e de Aldiere, como demonstra o diálogo abaixo:

Olha, nós estamos esperançosos de que a gente possa levar nosso conhecimento pra ajudar nossa comunidade seja direto, seja indiretamente. Porque se a gente veio aqui com algum objetivo, pra estudar e se a gente não chegar lá e não ajudá-los, eu acho um pouco, assim... sair pra cidade sem dar retorno pra eles com apoio necessário em relação a acompanhar as ações do governo, com os benefícios, com os direitos deles. (ALDIERE, Macapá, agosto de 2019)

Para que os projetos e as redes possam lograr êxito, os indígenas lançam mão de ajuda mútua não só entre parentes ou amigos de uma mesma etnia, senão das outras etnias do Oiapoque. Graciliano Aniká, Karipuna de quarenta e oito anos, acadêmico do curso de História da UNIFAP campus binacional, falou-me sobre como tradicionalmente recebe indígenas de diferentes etnias em sua casa própria. Além dele, seu filho cursa Geografia na mesma instituição, enquanto que sua esposa é a única que obtém emprego fixo, provendo a família e garantindo a permanência deles na cidade.

O fato de ser a provedora da casa faz com que ocorra conflitos entre ela e o marido por conta da hospedagem de pessoas de fora da família. Em suas palavras: “Eu faço tanta coisa aqui que a minha esposa fica brava comigo: “tu faz tanta coisa pelos outros, mas não te dão nada”, eu falo “calma, não é assim, deixa que Deus sabe o que faz” (GRACILIANO, Oiapoque, julho de 2019). A partir do relato, percebemos que as tensões nas redes não ocorrem apenas entre as lideranças, mas também entre os familiares e amigos que moram na cidade.

Senhor Graciliano foi quem melhor explicou sua forma de estabelecer as redes de ajuda mútua, especialmente por elucidar como oferece hospedagem a membros de outras etnias. Antes de ingressar no curso de História, Graciliano se formou em magistério junto com outros dois jovens Palikur da aldeia Kumenê, que moraram dois anos em sua casa. Ao concluírem a formação, ele incentivou-os a cursar o ensino superior oferecido pela UNIFAP. De acordo com Graciliano, os Palikur têm muitas dificuldades em adaptarem-se à cidade, pois a língua portuguesa e a timidez os impedem de desenvolver relacionamentos fora das aldeias. Nas palavras de Graciliano:

[...] olha, a gente tá saindo de um curso, tá muito bom, nossa cabeça tá fresca, bora tentar fazer nós quatro (eu, meu filho e eles dois). Aí um “não, não quero, eu vou pra minha aldeia, vou terminar já, vou trabalhar, pegar uma vaga de professor”. Eu falei: “mas [se] tu aumentar teu conhecimento não seria melhor? E também não seria uma grande felicidade pra você que tá saindo de um curso, passar numa universidade pro seu pai?”, aí ele ficou pensando. Eu falei “vou inscrever vocês”. Aí vim pra cá pro Oiapoque, fiz a inscrição deles todinhos e entreguei, pois o menino que não queria, passou em Geografia, passou em segundo lugar e o outro também que ficou “assim”, ele fez a parte de enfermagem e passou em quarto lugar. Todos estão cursando. Aí o pai dele veio e me agradeceu muito: “olha, muito obrigado”. (GRACILIANO, Oiapoque, julho de 2019)

Assim como o papel de referência para indígenas que se encontram na cidade, Graciliano exerce outras funções, viabilizando serviços e a comunicação entre agentes públicos e os indígenas que vivem nas aldeias. Em seu relato, é importante observar como os parentes que vivem nas aldeias responsabilizam os urbanos e os que estão em contexto urbano, de acordo com o êxito ou não de suas demandas:

Eu acho assim, é uma grande responsabilidade de eu fazer certas coisas que eu tenho até medo de errar e depois eles mesmo me crucificar. Olha um tempo desse aí, eles tavam com problema de energia lá dentro do Manga e vieram me cobrar aqui, o quê que eu tinha que fazer. Só que você sabe que tem indígena que não entende, acha que a gente tá até mentindo pra eles, mas não é. A gente não é de chegar aqui no fórum e solucionar o problema, hoje em dia a CEA [Companhia de Eletricidade do Amapá] do Oiapoque não se resolve mais problema aqui, se resolve lá em Calçoene. Aí você acha que aqui em Oiapoque necessita de alguém que fique pra solucionar os problemas daqui de dentro? Estamos sofrendo um grande problema de energia, não só a área indígena, também a cidade de Oiapoque. (GRACILIANO, Oiapoque, 2019)

Os povos indígenas do Oiapoque estão tradicionalmente inseridos no cotidiano da cidade e como pudemos perceber, as entrevistas elucidam os pontos e perspectivas que são partilhados, mas que não são vivenciados absolutamente da mesma forma. O caso citado pelo senhor Graciliano nos leva a pensar sobre a responsabilidade que é atribuída ao indígena urbano ou em contexto urbano, sobretudo por suas redes de apoio a quem chega na cidade, mas também para quem está nas aldeias, esperando resoluções de problemáticas que são partilhadas entre os oiapoqueense em geral, como bem disse Graciliano.

Os números que demonstram as tarefas mantenedoras dos indígenas na cidade indicam que a estadia fixa ou sazonal na zona urbana se torna cada vez mais uma opção plausível. Nas entrevistas, um ponto interessante comumente explanado pelos interlocutores foi a dificuldade em se conseguir um posto empregatício fixo, o que levou a maioria a buscar primeiro a educação e especialização, e, além disso, a opção em exercer sua função nas aldeias após a formatura, onde nove (ou 53%) responderam que pretendem; dois responderam não pretender (ou 12%) e outros seis não responderam (ou 35%).

A respeito dos que “não responderam”, os números correspondem a um montante não homogêneo de respostas, revelando motivos variados, como: já estarem aposentados, preferem viver na cidade e visitar sazonalmente sua aldeia de origem; estão esperando concurso público na cidade; já trabalham na cidade como funcionários públicos; e a resposta mais recorrente, de que pela sua formação acadêmica, não teria mercado de trabalho na aldeia.

Dentre os que responderam que não pretendem exercer suas funções nas aldeias após a formatura, Davi Gabriel, vinte e seis anos, Galibi-Marworno e acadêmico do curso de Licenciatura Intercultural Indígena, já atua há anos na área da produção audiovisual, produzindo conteúdo

próprio e para o consumo de contratantes. Ao ser perguntado sobre suas pretensões profissionais, falou-me a respeito das dificuldades em desenvolver um trabalho sólido em sua área de atuação, especialmente pela falta de internet e infraestrutura do município, mas que essa demanda pôde ser parcialmente sanada a partir de seus estudos acadêmicos. Em relação a possibilidade de atuar nas aldeias:

A formação que eu tô tendo hoje, ela vai me habilitar pra isso, mas como também eu percebo que é urgente uma formação muito mais ampla, que nos habilite não só pra atuar na educação escolar indígena, mas também tá atuando na própria universidade, no próprio curso Intercultural Indígena, atuando no campo de pesquisa, em diversos campos, diversas ciências pra além da educação básica, mas pensando muito nesse contexto de querer atingir de forma macro. (DAVI, Oiapoque, julho de 2019)

Davi me informou que não pretende atuar de imediato como professor, pois gostaria de alcançar dois objetivos pessoais: consolidar-se no campo da produção audiovisual e continuar seus estudos, fazendo um mestrado, inclusive fora do Amapá. Neste caso específico, não há um plano de vida para atuar profissionalmente na aldeia, mas continuar na cidade de Oiapoque (ou em outra cidade) para especializar-se e trabalhar em sua área de atuação atual, fatores que não conseguiria cumprir na aldeia.

O caso acima relatado é de uma das poucas exceções observadas nas entrevistas, pois a maioria respondeu ter como objetivo o retorno à aldeia como profissional graduado ou especializado, obedecendo o padrão de primeiro buscar os estudos e qualificação, depois adentrar no mercado de trabalho, posto que a competição por emprego não é favorável ao indígena. Em relação as dificuldades de se competir, diversos fatores foram citados nas entrevistas, como a dificuldade educacional adquirida nas aldeias, a barreira linguística e até os preconceitos sofridos por eles, já que os empregadores preferem contratar não indígenas.

Eliene Gabriel, vinte e seis anos, Galibi-Marworno e acadêmica de Licenciatura em Biologia da UNIFAP campus binacional, encontra-se atualmente desempregada. Em sua entrevista, afirmou que vive bem por conta de sua base familiar, já que mora com seus pais. Quando perguntada sobre a busca por um emprego, respondeu:

São poucos [os indígenas que conseguem emprego na cidade], exceto os que tem nível superior em alguma outra área que eles possam ocupar um cargo de confiança. Geralmente, eles trabalham na Funai ou na CASAI, mas assim, se não tiver uma formação é muito difícil conseguir, por exemplo, de vendedor, de auxiliar de alguma coisa. É muito difícil na cidade em questão da discriminação. (ELIENE, Oiapoque, julho de 2019)

Ponto muito importante para a compreensão da escassez de postos empregatícios entre os indígenas urbanos e em contexto urbano no Oiapoque, é o que Eliene frisou sobre quais postos geralmente são ocupados por eles. De acordo com ela, os postos mais comuns são os que estão direcionados ao público indígena, como cargos FUNAI e na CASAI. Além de Eliene, Rosineide

Narciso (idade não revelada), Galibi-Marworno, acadêmica do curso de Licenciatura Intercultural indígena da UNIFAP campus binacional, também relatou informações muito importantes sobre as dificuldades de obtenção de emprego entre os indígenas, sobretudo quando perguntada a respeito das atividades de seus filhos:

Eu tenho três filhos, são tudo casado, moram aqui na cidade. Tenho uma filha que se formou aqui também, ela é professora, se formou em professora de Letras, língua estrangeira e ela é casada também. E o meu filho tá concluindo o curso aqui, o Intercultural, mas já tá trabalhando na Aldeia Kumarumã [...] Ele se encontra na aldeia, tá pra lá [...] eu tô achando difícil [emprego na cidade], porque eu tô baseando pela minha família, pela minha filha que já se formou, já tá com currículo e até agora nada, ela que tem conhecimento né?! Nada! (ROSINEIDE, Oiapoque, julho de 2019)

Dona Rosineide explicou-me que a opção em voltar para aldeia era pela emergente oferta de emprego, já que pela formação dos filhos, a outra opção seria um contrato na prefeitura ou concurso. Além dessas informações, consta que a interlocutora é uma das exceções em relação ao posto empregatício que ocupa, que, no seu caso, é como agente comunitária de saúde na UBS (Unidade Básica de Saúde) do bairro do Planalto. Sobre sua trajetória profissional na cidade:

[...] eu voltei a estudar, daí eu não parei mais. Consegui contrato pela prefeitura, fui trabalhar com não indígena lá no Cassiporé, trabalhar com educação infantil. Quando eu voltei pra cá, tava tendo em 2002 uma prova de teste-seleção, cientista, aí na prefeitura que tava na época [...] tava montando o PACS pros agentes de saúde, né. Me inscrevi e eu passei, tirei em primeiro lugar, concorri com os não indígenas. Eu fui a única indígena que tirei primeiro lugar, aí do qual eu fiquei no Planalto e eu tô até hoje, 17 anos. (ROSINEIDE, Oiapoque, julho de 2019)

No universo dos dezessete entrevistados, os doze que disseram ter renda própria, apenas quatro não ocupam cargos ou postos de emprego que não são específicos para indígenas¹⁴, sendo eles, além de Rosineide: Érlis Karipuna, atual vice-prefeito do Oiapoque; Élton dos Santos, atual secretário de educação do município; e Rudolph Lod, com contrato de agente administrativo na prefeitura.

A falta de empregos formais acaba resultando em limitações nas possibilidades aquisitivas na cidade, questão bastante presente nas entrevistas. Quando relacionado aos salários obtidos, percebemos que o padrão era de um salário mínimo, como respondido por Iza Maciel, Edson Aniká e Nilso Orlando, todos pais ou mãe de família e atualmente funcionários do projeto multilinguístico do Superfácil, e Rudolph Lod, citado acima.

De acordo com o critério construído para a categorização *urbanos* e *em contexto urbano*, o último seria o indígena que mantém maior contato com as aldeias, pois sua moradia seria nela.

¹⁴ Além dos quatro citados, Davi Gabriel faz sua renda mensal produzindo conteúdos audiovisuais, como já comentado. No universo dos doze entrevistados que têm renda fixa na cidade, ele é a única exceção, como autônomo. Todos os outros são contratados ou concursados de empresas, cooperativas ou instituições.

Porém, é importante ressaltar que os pontos positivos em frequentar a aldeia e/ou se manter presente nelas, foram aspectos também citados pelos interlocutores urbanos. Neste sentido, não é difícil perceber que a cidade e a aldeia correspondem a paralelos bem definidos no cotidiano dos indígenas: na aldeia, tem-se o espaço, o sossego, a segurança e os familiares para reproduzir os aprendizados, enquanto que na cidade, tem-se oportunidade de estudos, atendimento de saúde em postos mais bem equipados e obtenção de renda fixa, mas também há as drogas, a bebida, a insegurança e a discriminação.

Os últimos aspectos analisados são os de acesso e acionamento a serviços públicos na cidade, considerado um diferencial relevante no paralelo “cidade-aldeia” pelos indígenas. As perguntas nas entrevistas foram direcionadas à compreensão da necessidade, facilidade e recorrência desses acionamentos, que poderiam ser de serviços, como: educação (escolas de ensino básico e universidade) e saúde pública (em UBS e hospital, fora das orientações da CASAI). Nas respostas, onze interlocutores responderam acionar serviços de saúde na cidade, totalizando 48% das entrevistas, enquanto que dez responderam acionar serviços outros, como escola e polícia, por exemplo, totalizando 51%. Nos dados apresentados, cada interlocutor foi perguntado se acessava ou já havia acessado algum serviço público na cidade e como eram tais serviços. As respostas não foram contabilizadas de forma individual, pois os interlocutores poderiam acessar todos ou nenhum desses serviços, ou algum outro serviço que não estivesse no roteiro de entrevista, de acordo com sua necessidade e de sua família.

As perguntas não eram específicas sobre quais serviços eram acionados, o que resultou em uma diversidade de respostas. Nessa perspectiva, as informações dialogam com as entrevistas desenvolvidas com agentes servidores públicos, nas áreas da saúde e administração do município, que nos ajudam a compreender como os indígenas observam o cumprimento, ou não, de seus direitos na cidade, sendo a saúde o serviço com maior procura entre eles. Em relação às situações em que a saúde é acionada, as informações dão conta de que a procura por atendimento comum é mais recorrente do que o atendimento mediado pela CASAI.

Quando perguntada se acionava os serviços de saúde pública na cidade de Oiapoque, Deuziléia respondeu que “[...] sempre que eu procuro fazer uns exames, procuro mais o hospital como todo mundo, geral. Eu vou, marco minha consulta, dificilmente eu vou na CASAI fazer. Eu vou mais eu mesmo, se eu quiser eu vou marco minha consulta, faço minhas coisas” (DEUZILÉIA, Oiapoque, julho de 2019). Dos onze interlocutores que disseram procurar serviços de saúde, outros nove fizeram comentários como o de Deuziléia, explicando que preferem enfrentar as filas comuns do que receber atendimento preferencial mediado pela CASAI. Nenhum justificou a escolha a partir de uma concepção pessoal sobre o referido órgão, mas alguns relatos dão conta de desconfortos em relação ao cumprimento de seus direitos como indígena, vivendo na cidade:

Acho que a gente deve ter os mesmos direitos aqui na cidade do que na aldeia. Quando a gente sai da aldeia eles falam assim pra gente “você vão pra cidade, as pessoas que estão aqui”... por exemplo, lá, quando a gente vai pra CASAI, eles falam que a preferência é daquela pessoa que mora na aldeia. Então acho que isso não é certo, a gente tem que ter os mesmos direitos do que as pessoas que vivem na aldeia. Então é isso que eu acho. (DEUZILÉIA, Oiapoque, julho de 2020)

Para Deuziléia, a prioridade do indígena que vive na aldeia em detrimento ao indígena urbano e em contexto urbano, causa-lhe indiferença, por afirmar que há desprestígios na atuação da CASAI para com quem não vive na aldeia. Além dessa problemática, o tratamento dos profissionais de saúde também foi um fator lembrado nas entrevistas:

[...] creio que existe ainda preconceito, principalmente no meio ambiente do hospital. Eu ouço muitas reclamações dos indígenas, é o que eu tenho propriedade para falar, porque eu já acompanhei algumas faltas de respeito lá com o indígena, do “ah deixa lá” ou então “ah não entendo a língua, então não chego perto”. (PRISCILA, Oiapoque, 2019)

De acordo com Priscila, os constrangimentos ocorrem pelo despreparo dos agentes e profissionais de saúde do município, que estariam sempre condicionados a presença de um funcionário da CASAI para mediar o atendimento médico. Em seu juízo, os problemas de falta de tradutores ou de médicos, técnicos e enfermeiros que tenham preparo prévio, só seriam sanados mediante atuação e profissionalização de indígenas para atuação na área da saúde, uma vez que, parafraseando Priscila, “índio entende índio”.

Os comentários negativos por parte do usuário, também foram reproduzidos por Rudolph Lod, Galibi-Kalinã de vinte anos e acadêmico do curso de Direito da UNIFAP Campus Binacional. Para ele, as instituições públicas são acessíveis ao indígena na cidade, mas isso não impede que os conflitos entre os agentes e o usuário do serviço não seja recorrente, especialmente em escolas e UBS/hospitais, onde eles devem dividir as atenções com não indígenas. Em seu relato, informou-me que “na escola, até mesmo no hospital. Disseram assim: “não, não é aqui que tu vai” [pois a CASAI deveria ver acionada antes que ele fosse ao hospital]. Até na saúde, “mas aqui não é pra todos?”. E aí, já senti dificuldades com relação a isso” (RUDOLPH, Oiapoque, julho de 2019).

A perspectiva apresentada por Rosineide é a do profissional que tem seu cotidiano de trabalho no ambiente da saúde pública na cidade de Oiapoque. Os relatos dão conta de uma relação de conflitos entre os profissionais indígenas com os não indígenas, que, de acordo com ela, mostra-se:

Até mesmo no posto de saúde. Antes eu ficava muito calada, só na minha, mas sempre eu falo que, quando começam a falar de indígena: “olha, eu estou aqui”. Aí “não, não, não”, “já estou aqui, olha muito bem o que você vai falar”. Eu sempre falo assim, porque se eu estou aqui, eu sempre falo: “se eu estou aqui, eu não entrei pela janela”. Aí sempre tem aquele tom de ironia, de discriminação, eu acho que isso, 17 anos de campo mas ainda sinto na pele o fato. (ROSINEIDE, Oiapoque, julho de 2019)

As dificuldades vivenciadas pelos interlocutores indígenas nos espaços públicos foram pontos revisitados em diversos momentos das entrevistas, demonstrando insatisfações e, de certa forma, ressentimentos partilhados. Não obstante, tais indicativos me motivaram a buscar contribuições de profissionais que trabalham com público indígena diretamente ou indiretamente, como forma de construir uma compreensão mais fidedigna dos conflitos diários tecidos por essas relações.

VIVÊNCIAS ENTRE FRONTEIRAS E SOCIABILIDADES DE TENSÕES INTERCULTURAIS NA CIDADE DO OIAPOQUE

A última seção do presente artigo foi construída a partir de uma noção compreendida em campo, no âmbito da produção das entrevistas. Os interlocutores indígenas, ao partilharem suas trajetórias de vida pessoal e familiar na cidade, relataram vivências conflituosas quando do trato com agentes governamentais, especialmente da saúde e da educação, pois tais espaços não estariam preparados para o atendimento de indígenas, como citado por Rosineide e Priscila. Cumpre ressaltar que Rosineide, Edson, Nilso e Yuri informaram trabalhar com o público indígena, e para isso passaram em processos seletivos, realizaram cursos profissionalizantes, mas no universo da cidade, eles representam exceções a regra.

Nesse sentido, observamos o que explica Martins (2014), a respeito do encontro de grupos sociais de diferentes tempos históricos, que gera conflitos, permitindo a formação de fronteiras. É dessa maneira que observamos as relações entre os indígenas que buscam serviços na cidade e acionam agentes não indígenas, pois são as situações onde as diferenças se mostram de forma mais clara. Dessa forma, utilizando do questionamento de Santos (2009, p. 17) sobre quais as “possibilidades para um diálogo intercultural quando uma das culturas em presença foi moldada por massivas e continuadas agressões à dignidade humana perpetradas em nome da outra cultura?”, buscamos em entrevistas com agentes públicos não indígenas das áreas da saúde e da educação suas visões acerca da prestação de seus serviços aos indígenas: eles se sentem preparados para atendê-los? Observam a necessidade de melhorias em seus serviços? Como observam suas dificuldades em lidar com o público indígena? Estas foram algumas das perguntas que mediarão os roteiros das entrevistas.

Duas entrevistas foram realizadas para compreender as dificuldades e a realidade dos agentes de saúde no exercício dos cuidados com os indígenas na cidade de Oiapoque. Jennifer Bárbara Costa, não indígena de vinte e cinco anos, enfermeira da Estratégia Saúde e Família no bairro do Infraero, informou sobre o protocolo de atendimento com indígenas que são acompanhados pela CASAI e os que procuram atendimento por conta própria:

Geralmente quando eles vão, eles se identificam como moradores do bairro, inclusive a maioria deles que vão para a UBS já são realmente moradores de lá, já tem residência fixa aqui. E os que não são daqui, é que são ainda de aldeias, eles vão, mas com o pessoal da CASAI. E aí eles vão primeiro para a CASAI e da CASAI eles dão apoio, eles levam nos carros deles, deixam lá. A gente sempre deixa duas vagas para cada indígena, para fazer a consulta, seja a consulta de enfermagem, de medica ou da saúde bucal, e aí ao termino da consulta o pessoal da CASAI vai e retorna para buscar eles, mas fora esses indígenas que vem de retorno da CASAI, eles sempre vão como “pessoas”, mesmo, como nós aqui, os moradores daqui do município. (JENNIFER, Oiapoque, julho de 2019)

Jennifer também foi perguntada sobre a preparação profissional para a prestação de atendimento ao público indígena, mas as informações dão conta de que desde a sua admissão no Programa Estratégia Saúde e Família (iniciada em 2018), nunca haviam passado por treinamentos ou formação específicos. A segunda entrevista com funcionários da saúde foi realizada com Luciana Duarte, técnica em enfermagem de trinta e sete anos, não indígena, funcionária da UBS do bairro central, onde também fora relatado que os atendimentos diferenciados nas unidades de saúde só ocorrem mediante presença de agentes da CASAI, o que acaba sendo restrito aos indígenas que vivem nas aldeias:

Não, não, preparo nenhum, não. É normal, a gente trata os indígenas como população normal, a única orientação que a gente tem é sobre demanda, que a gente trabalha sob demanda daqui dos nossos médicos, que o direito da CASAI são três vagas, então é o direito deles, então todos os dias três índios tem direito a consulta medica, mas fora isso não tem nenhum tipo de preparo, é normal tanto o indígena como o não indígena o tratamento é o mesmo. (LUCIANA, Oiapoque, julho de 2019)

O setor educacional também recebeu bastante destaque nas entrevistas. Nesse contexto, a UNIFAP Campus Binacional se destaca como a instituição de maior procura entre os interlocutores, como já comentado anteriormente. Porém, as escolas municipais e estaduais da zona urbana de Oiapoque também recebem regularmente um importante número de alunos indígenas.

Dentre as entrevistas realizadas no campo educacional, Nilton Wellis (idade não respondida), atual diretor da Escola Municipal Maria Leopoldina, que recebe alunos de sextos a nonos anos do ensino fundamental anos finais, relatou o cotidiano de dificuldades que a escola teria com os alunos indígenas. De acordo com o diretor, há uma significativa e tradicional presença de crianças indígenas na escola, com uma estimativa de quinze a vinte alunos em um universo de mil e duzentos e trinta, mas não apresentou documentação que pudesse comprovar os números. Nas palavras de Nilton, identifica-se um aluno indígena a partir de sua forma de portar-se na escola, pois:

São bem diferentes dos outros alunos, dos brancos, como eles falam. As dificuldades são enormes para lidar com eles devido ao diálogo, devido a presença da família que não tem, é muito raro. Devido os plantões pedagógicos que não vem, e o pior de tudo é que eles vêm

de uma cultura diferente da nossa e aí eles não se inserem e não tem dialogo de volta, dificilmente eles falam e o entendimento é muito pouco [...] a gente recebe alunos indígenas que estudavam nas próprias comunidades, com acúmulos, que não tem nota, que não tem regência, que não tem documento, é muito difícil [...] e aí vem para a escola e a gente recebe às vezes o aluno com uma declaração de que ele é indígena e já estudou o primeiro ano, segundo ano, terceiro ano, quarto ano, quinto ano, sexto ano, aí vem para as etapas e não tem nada. (NILTON, Oiapoque, julho de 2019)

Os déficits educacionais e as problemáticas relacionadas ao distanciamento dos pais e responsáveis em relação ao cotidiano escolar, foram questões também citadas por Robson Maciel, não indígena de quarenta e quatro anos, diretor adjunto da Escola Estadual Joaquim Nabuco. Os indígenas correspondem a um contingente muito importante de alunos, sendo que a instituição teria realizado um levantamento da presença deles, mas que não pôde ser disponibilizado para a pesquisa. Para o diretor, o principal transtorno vivenciado na escola seria:

Geralmente, eles [indígenas] mandam os filhos pra cá pro centro de Oiapoque pra estudar e eles moram na casa de parentes deles e há casos que os parentes não dão muita atenção pra esse aluno, não dão muita atenção pra escolarização desse aluno. E isso dificulta muito porque às vezes o aluno indígena ele apronta alguma coisa errada aqui na escola ou alguém comete alguma coisa contra ele, a gente liga pra essa família e não vem ninguém representar o aluno. (ROBSON, Oiapoque, julho de 2019)

Quando questionados sobre preparação ou a construção de currículos, práticas docentes e estratégias educacionais que incluíssem os alunos indígenas, sobretudo no uso de línguas maternas, ambos diretores responderam que nunca participaram nem presenciaram programações dessa natureza.

As análises das entrevistas dão conta de uma diversidade de situações vivenciadas pelo indígena na cidade, onde pode-se perceber que desconfortos e desencontros não são raros, na percepção pessoal dos interlocutores. O acionamento de serviços públicos, a busca por estabilidade financeira por meio de emprego fixo e as observações relativas ao descumprimento de direitos étnicos na cidade, escancaram conflitos, que na análise de Martins (2014), diz respeito ao encontro entre os vários tempos históricos que se encontram na cidade, e no caso do Oiapoque, o histórico do indígena que se encontra com o do francês que vai comprar no lado brasileiro, o brasileiro de outros estados etc. No meio urbano, o indígena necessita acionar sua identidade brasileira para gozar de todos os bens públicos que lhe é direito, como cidadão e indígena brasileiro.

Neste sentido, a cidade é revelada como uma fronteira para o indígena urbano e em contexto urbano, de onde não é difícil notar que os conflitos se estabelecem nas diferenças entre a cidade e as aldeias, quando da necessidade de se acionar direitos, como afirma Priscila:

Nós temos garantias na Constituição Federal, que a nossa educação seja diferenciada e de qualidade. Dentro da aldeia a gente não vai conseguir, o que a gente consegue é uma

educação na comunidade, mas escolar não. Então a gente sai para que garanta isso, lá dentro você não vai conseguir. E mesma coisa da saúde específica e diferenciada que atenda a realidade dos povos indígenas. (PRISCILA, Oiapoque, julho de 2019)

Nas entrevistas, não foi possível perceber a ocorrência de um movimento articulado que buscasse a estabilização do indígena na cidade a partir do cumprimento de seus direitos étnicos fora das aldeias. Pelo contrário, o discurso encontrado é o de dificuldades em vivenciar o cumprimento desses direitos, atrelados ao discurso dos agentes públicos, que alegam que normalizam a interação com os indígenas urbanos e em contexto urbano de acordo com os padrões profissionais utilizados com os não indígenas, fator esse que desagrada o indígena que está na cidade, uma vez que, se falta o tratamento diferenciado, as discriminações sofridas são tal qual as sofridas pelos indígenas que vivem na cidade.

Se no âmbito civil não ocorre uma articulação evidente, dois agentes públicos indígenas foram solicitados, para que pudéssemos ter ciência de alguma articulação no âmbito político, voltado ao auxílio dos indígenas que se encontram na cidade de Oiapoque. Érlis dos Santos, Karipuna de quarenta e sete anos e atual vice-prefeito de Oiapoque, e Elton Alencar, Karipuna de quarenta e um anos, atual secretário de educação do município, informaram sobre como o campo político observa as necessidades dos indígenas na cidade:

[...] como gestor indígena de primeiro escalão do município que é vice-prefeito, com relação aos direitos indígenas dentro do município, a gente encontra algumas barreiras pra trabalhar. Mas a gente sempre consegue organizar elas tendo um bom diálogo, vai conforme a lei. Conforme essas leis, a gente vai organizando porque tem dentro da lei, do próprio estatuto da Constituição, diz assim “Direitos iguais, direitos para todos” [...] Agora tem uma questão assim, tem indígenas que moram aqui na cidade há vários anos. Esses indígenas que moram aqui na cidade eles não são aldeados, eles são desaldeados, eles quase não têm os mesmos direitos de que os indígenas que moram na aldeia têm, porque eles já moram aqui na cidade, tem uma outra convivência. (ÉRLIS, Oiapoque, julho de 2019)

De acordo com Érlis, as barreiras políticas para o indígena “desaldeado” é muito maior do que para o indígena “aldeado”, impossibilitando ações do município em relação ao respeito aos direitos étnicos. Quando perguntado se haveria algum planejamento para que tal realidade pudesse ser modificada, o vice-prefeito afirmou:

Tem indígena aqui que passa algumas dificuldades sim, como os não indígenas que não tem uma estabilidade financeira razoável pra se manter. Tem indígena aqui na cidade que passa essa situação, por isso que a gente sempre conversa com eles pra eles retornarem às aldeias pra que eles tenham o apoio do governo, da Funai, da saúde indígena e de outros como a educação. (ÉRLIS, Oiapoque, 2019)

A impossibilidade de modificações do panorama social e político pelos órgãos públicos, também foi a tônica da entrevista com o secretário de educação municipal. Conversamos sobre a

presença de indígenas que ainda cursam o ensino básico na cidade e, na oportunidade, solicitei um levantamento de alunos por escolas e, assim como nas secretarias das escolas visitadas, também não houvera devolutiva. Para Élton, a infraestrutura municipal é um impedimento para qualquer estudante de Oiapoque:

É, então, por ser um município assim pobre, um município que arrecada muito pouco e hoje a gente vive praticamente de programas federais, a gente vive principalmente do FUNDEB, do PAC passa alguns recursos, o PDDE, por exemplo, o PNAE. São recursos que são tudo federal, porque hoje a educação ela vive só disso [...]. Mas a maior dificuldade hoje, como eu estou te falando, é a questão da infraestrutura. O município não tem, só para tu ter uma ideia, a gente paga aqui quase R\$ 70 mil de aluguel, então o município não tem um prédio próprio, aí por isso essa reluta que nós estamos fazendo, para tentar construir as escolas e a gente sair do aluguel. (ÉLTON, Oiapoque, julho de 2019)

Élton admite que as dificuldades para o indígena que sai da aldeia para estudar na cidade são diversas, desde os aluguéis até um impacto cultural desigual que se vivencia, sobretudo no âmbito escolar. Vale ressaltar que, assim como Érlis, Élton não vislumbra alternativas ordinárias para uma atuação da prefeitura em ações sociais ou incentivos aos indígenas urbanos e em contexto urbano. Em suas palavras:

[...] eu trabalhei na FUNAI também, trabalhei na saúde e um dos princípios básicos que a gente martela muito, é a questão de manter e ofertar as melhores condições de escola para o indígena na aldeia, para ele não sair da aldeia. Porque a partir do momento em que ele sai, ele vai enfrentar várias dificuldades [...] lógico que a gente enfrenta dificuldades, como eu lhe falei na questão de infraestrutura, das escolas, mas pelo o outro lado hoje a merenda que a gente oferta é a melhor merenda do município perto do estado. Então como eu te falei, é essa questão dessa pergunta seria a gente ofertar ao aluno um ensino para ele na aldeia, para ele não ter que sair da aldeia, para não ter aquele impacto cultural. (ÉLTON, Oiapoque, julho de 2019)

A volta para as aldeias como solução para as problemáticas vivenciadas na cidade é uma alternativa que não adere as perspectivas pessoais dos indígenas entrevistados na cidade de Oiapoque. A volta para a aldeia de origem faz parte de projeto a longo prazo, do qual demanda qualificação educacional e estabilização financeira que são conquistadas na cidade, e claro, sem mencionar o indígena que tem como planejamento individual de vida a moradia fixa na cidade, com retornos recreativos à aldeia. Neste sentido, percebemos que as expectativas de vida na cidade acabam conflitando com as condições recebidas nela, e dessa forma, não oferecendo condições ou mecanismos de acionamento de direitos étnicos, a perspectiva em curto prazo é de continuidade dessas dificuldades cotidianas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou demonstrar as vivências de indígenas urbanos e em contexto urbano na cidade de Oiapoque (AP) a partir de suas características cotidianas que territorializam esse espaço

e ajudam a compreender problemáticas sociais, culturais e políticas desses atores fora do ambiente das aldeias. O texto buscou enfatizar, assim, como os indígenas interlocutores da pesquisa sentem e percebem, por exemplo, as discriminações sofridas em escolas e hospitais, locais que se mostraram despreparados para o tratamento específico desses indígenas, e as dificuldades para atuar em empregos formais que não são voltados especificamente ao público indígena. Ao mesmo tempo, ponderar e visibilizar sobre os espaços e estratégias indígenas de acionamentos e cooperações, como as redes de ajuda mútua e outros. A partir das entrevistas realizadas, que totalizam dezessete, podemos construir um cenário de dificuldades que devem reproduzir-se entre outros indígenas da cidade de Oiapoque, tal como entre indígenas que hoje vivem e tecem suas próprias estratégias de vida em cidades do Brasil e das américas.

O trabalho também demonstra que a presença de indígenas Palikur, Galibi-Marworno, Karipuna e Galibi-Kalinã é tradicional na cidade, constituindo parte da população do região desde os relatos de viajantes do século XVI até os dias atuais. Tal presença resultou no estabelecimento de fronteiras, nas perspectivas de Martins (2014) e Mezzadra (2015), onde as lutas, os desencontros e os encontros dos tempos históricos causam conflitos as vezes imperceptíveis, mas que traduzem a realidade de invisibilidade do indígena que tece intensa mobilidade entre a aldeia de origem e a cidade ou aquele que se estabelece na zona urbana para a conquista de um diploma de nível superior, um concurso público, um emprego formal ou uma educação básica mais qualificada aos filhos.

Em relação a uma problemática metodológica em especial, ressalta-se que a pesquisa empírica sobre indígenas urbanos no Brasil ainda apresenta dificuldades no tocante a interpretação das características sociais e econômicas dos indígenas em cidades. A partir dessa problemática, propomos critérios para uma análise conceitual, revelando as categorias *urbano* e *em contexto urbano* como propostas de exegese das diversas situações vividas/vivenciadas por indígenas em cidades no Brasil. Nessa proposta, vale ressaltar que o objetivo é do alcance de um diálogo profícuo, científico e intercultural, contribuindo com futuras pesquisas acadêmicas que tenham como problemática as questões relativas à presença indígena em zonas urbanas.

Como resultado da análise qualitativa e quantitativa das entrevistas, constatou-se que da invisibilidade na cidade, as fronteiras estabelecidas entre o indígenas e os setores públicos competentes e também o despreparo de agentes governamentais que atuam na cidade, resultam em desprestígio cotidianos entre os indígenas urbanos e em contexto urbano da cidade de Oiapoque, pois vários de seus direitos étnicos acabam se restringindo às aldeias, como o atendimento diferenciado em órgãos de saúde e a educação bilíngue. Na cidade, local onde os serviços são oferecidos em maior quantidade ou em melhor qualidade, tende-se abrir mão de seus direitos ao não os acionar, como se a própria identidade étnica fosse suprimida pela identidade nacional.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Lindomar; CARDIN, Eric Gustavo; PAIVA, Luiz Fábio. A fronteira como campo de pesquisa. **Revista de Ciências Sociais** (UFC), v. 49, p. 15-23, 2018.

BARBOSA, Gabriel Coutinho. Os Aparai e Wayana e suas redes de intercâmbio. 2007. 228 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BASTOS, C. M. C. B; BRITO, D. C.; GARCIA, S. P. Território e questões ambientais na Terra Indígena Uaçá - Oiapoque - AP. *Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas*, v. 7, p. 149-169, 2015.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. - 2ª edição - Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002.

40 p.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará, 1750-1817. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1984

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MEZZADRA, Sandro. Multiplicação das Fronteiras e das Práticas de Mobilidade. *REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.* [online]. 2015, vol.23, n.44, pp.11-30.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COSTA, António Pedro Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa *Revista Lusófona de Educação*, n. 40, 2018.

NASCIMENTO, Bruno Rafael Machado; SILVA, Giovani José da. Sobre vivências negociadas: indígenas e jesuítas franceses no Oiapoque setecentista. *HABITUS*, v. 17, p. 357-378, 2020.

PEREIRA, Venâncio Guedes. Fronteiras entre a etnicidade e a nacionalidade: as vivências dos indígenas urbanos e em contexto urbano da cidade de Oiapoque. 2020. Dissertação (Mestrado em Estudos de Fronteira). Universidade Federal do Amapá, Amapá, 2020.

REIS, Arthur César Ferreira. *Limites e demarcações na Amazônia Brasileira: a fronteira colonial com a Guiana francesa*. 2ª ed. Belém: Secult, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Direitos humanos: o desafio da interculturalidade. *Revista direitos humanos*, n. 2, p. 10-18, 2009.

VIDAL, Luz Boelitz. Galibi Kalina: história contato e aspectos contemporâneos. In VIDAL, Luz Boelitz; LEVINHO, José Carlos; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (Org.). *A presença do invisível: Vida cotidiana e ritual entre os povos indígenas do Oiapoque*. Rio de Janeiro: IEPÉ – Museu do Índio, 2016, v., p. 107-122.

VIDAL, Luz Boelitz. Outros Viajantes. *Revista USP*, São Paulo, 2000.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, Campinas, SP, v. 22, n. 44, 2014.

ENTREVISTAS

Aldiere Orlando, indígena Palikur de 43 anos de idade, realizada em 31 de agosto de 2019, na residência do entrevistado, localizada no bairro Morada das Palmeiras, cidade de Macapá.

Davi Gabriel, indígena Galibi-Marworno de 27 anos de idade, realizada em 12 de julho de 2019, nas dependências da Universidade Federal do Amapá, Campus Binacional, localizada na rodovia BR-156, cidade de Oiapoque.

Deuziléia Macial dos Santos, indígena Galibi-Marworno [idade não informada], realizada em 10 de julho de 2019, nas dependências da Universidade Federal do Amapá, Campus Binacional, localizada na rodovia BR-156, cidade de Oiapoque.

Dilzete Orlando, indígena Palikur de 32 anos de idade, realizada em 31 de agosto de 2019, na residência do seu irmão Aldiere Orlando, localizada no bairro Morada das Palmeiras, cidade de Macapá.

Edson Quaresma Aniká, indígena Karipuna de 32 anos de idade, realizada em 15 de julho de 2019, nas dependências do Superfácil, bairro central, cidade de Oiapoque.

Eliene dos Santos Gabriel, indígena Galibi-Marworno de 26 anos de idade, realizada em 11 de julho de 2019, nas dependências da Universidade Federal do Amapá, Campus Binacional, localizada na rodovia BR-156, cidade de Oiapoque.

Elton Alencar dos Santos, indígena Karipuna de 41 anos de idade, realizada em 12 de julho de 2019, nas dependências da Prefeitura municipal, bairro central, cidade de Oiapoque.

Emiliano Gabriel, indígena Galibi-Marworno de 70 anos de idade, realizada em 11 de julho de 2019, nas dependências da Universidade Federal do Amapá, Campus Binacional, localizada na rodovia BR-156, cidade de Oiapoque.

Erlis dos Santos Karipuna, indígena Karipuna de 47 anos de idade, realizada em 9 de julho de 2019, nas dependências da Prefeitura municipal, bairro central, cidade de Oiapoque.

Graciliano Aniká dos Santos, indígena Karipuna de 48 anos de idade, realizada em 8 de julho de 2019, na residência do entrevistado, bairro central, cidade de Oiapoque.

Jennifer Bárbara Fernandes Costa, não indígena de 25 anos, realizada em 19 de julho de 2019, na Unidade Básica de Saúde do bairro Infraero, cidade de Oiapoque.

Luciana Duarte, não indígena de 37 anos, realizada em 19 de julho de 2019, na Unidade Básica de Saúde do bairro Infraero, cidade de Oiapoque.

Nilo Martiniano, indígena Palikur de 61 anos de idade, realizada em 9 de julho de 2019, nas dependências da FUNAI, bairro central, cidade de Oiapoque.

Nilso Orlando, indígena Palikur de 25 anos de idade, realizada em 15 de julho de 2019, nas dependências do Superfácil, bairro central, cidade de Oiapoque.

Nilton Wellis, não indígena [idade não respondida] diretor da Escola Municipal Maria Leopoldina, realizada em 9 de julho de 2019, nas dependências da referida escola, bairro central, cidade de Oiapoque.

Priscila Barbosa de Freitas, indígena Karipuna de 30 anos de idade, realizada em 11 de julho de 2019, nas dependências da Universidade Federal do Amapá, Campus Binacional, localizada na rodovia BR-156, cidade de Oiapoque.

Rosineide Narciso, indígena Galibi-Marworno [idade não respondida], realizada em 10 de julho de 2019, nas dependências da Universidade Federal do Amapá, Campus Binacional, localizada na rodovia BR-156, cidade de Oiapoque.

Rudolph Batista Lod, indígena Galibi-Kalinã de 20 anos de idade, realizada em 13 de julho de 2019, nas dependências da Universidade Federal do Amapá, Campus Binacional, localizada na rodovia BR-156, cidade de Oiapoque.

Yuri Anika dos Santos, indígena Karipuna de 32 anos de idade, realizada em 10 de julho de 2019, nas dependências da Universidade Federal do Amapá, Campus Binacional, localizada na rodovia BR-156, cidade de Oiapoque.